

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	573.253	252.479	180.756
Contas a receber de clientes e outros	6	817.883	987.586	939.057
Títulos e valores mobiliários	7	22.094	26.726	34.667
Impostos e contribuições a recuperar	8	171.603	121.871	108.237
Estoques		12.462	14.018	10.481
Despesas pagas antecipadamente		13.494	1.637	3.669
Entidade de previdência privada		6.002	9.952	6.156
Serviços em curso	9	32.878	43.826	44.958
Outros ativos circulantes	11	42.267	31.391	22.700
TOTAL DO CIRCULANTE		1.691.936	1.489.486	1.350.681
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes e outros	6	85.999	133.441	256.602
Títulos e valores mobiliários	7	213	50.169	627
Impostos e contribuições a recuperar	8	69.742	75.407	58.794
Impostos e contribuições diferidos	10	288.852	425.719	354.900
Partes Relacionadas		310	257	211
Depósitos judiciais	12	203.955	183.748	139.809
Entidade de previdência privada		14.983	14.770	30.845
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	13	1.593.886	1.516.172	518.653
Outros ativos não circulantes	11	2.524	2.855	8.075
Outros investimentos		8.323	11.432	12.117
Intangível	14	3.666.472	3.079.510	3.160.069
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.935.259	5.493.480	4.540.702
ATIVO TOTAL		7.627.195	6.982.966	5.891.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
CIRCULANTE				
Fornecedores	15	500.450	555.511	395.330
Empréstimos e financiamentos	16	346.583	290.934	312.973
Debêntures	17	103.218	185.967	102.932
Salários e encargos a pagar	18	50.056	48.395	33.326
Taxas regulamentares	19	31.599	59.199	54.233
Impostos e contribuições a recolher	20	136.303	221.768	201.785
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	114.778	167.595	31.247
Provisões	22	33.978	23.899	18.403
Outros passivos circulantes	23	343.135	113.920	178.277
TOTAL DO CIRCULANTE		1.660.100	1.667.188	1.328.506
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	15	51.177	27.397	25.397
Empréstimos e financiamentos	16	2.977.995	2.611.726	1.974.595
Debêntures	17	-	98.566	272.532
Taxas regulamentares	19	2.736	1.078	30.787
Impostos e contribuições a recolher	20	15.860	14.034	12.245
Provisões	22	166.689	140.824	109.361
Entidade de previdência privada		242.246	358.776	235.479
Partes relacionadas		94	89	80
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	23	15.607	45.665	24.018
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.474.806	3.300.557	2.686.896
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24			
Capital social		542.163	542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050	698.050
Reservas de lucros		1.230.353	848.442	647.625
Outros resultados abrangentes		21.723	(76.825)	45.244
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	3.391	284.091
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	(341.192)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.492.289	2.015.221	1.875.981
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.627.195	6.982.966	5.891.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	25	4.984.637	5.813.614
Custo do serviço	26	(3.626.801)	(4.151.685)
LUCRO BRUTO		1.357.836	1.661.929
Despesas com vendas	26	(356.390)	(478.442)
Despesas gerais e administrativas	26	(281.479)	(257.601)
LUCRO OPERACIONAL		719.967	925.886
Resultado financeiro		(132.428)	(159.683)
Receitas financeiras	27	648.734	362.642
Despesas financeiras	27	(781.162)	(522.325)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		587.539	766.203
Imposto de renda e contribuição social		(92.410)	(103.197)
Corrente		(107.593)	(249.104)
Diferido		(69.153)	51.067
Imposto de Renda - SUDENE		101.284	113.058
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL		(16.948)	(18.218)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		495.129	663.006
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		2,55	3,42
Preferencial A		2,55	3,42
Preferencial B		2,81	3,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2013	31/12/2012
		<u>(Reapresentado)</u>
Lucro do exercício	495.129	663.006
Outros resultados abrangentes		
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	149.312	(112.124)
Tributos	(50.767)	38.121
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	98.545	(74.003)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	593.674	589.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros					Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas de Lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	538.744	108.433	-	-	448	45.244	(341.192)	284.090	1.875.980
Reversão de Dividendos/ISCP prescritos									427				427
Aprovação da proposta de dividendos adicional												(284.090)	(284.090)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	48.065	427	(48.065)	-	(284.090)	(283.663)
Lucro Líquido do Período											663.006		663.006
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego										(74.003)			(74.003)
Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.003)	-	-	(74.003)
Destinações:													
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE					113.058						(113.058)		-
Juros sobre capital próprio											(113.167)		(113.167)
Reserva de Retenção de Lucros							39.266				(39.266)		-
Dividendos a distribuir - Complemento 25% mínimos obrigatórios											(52.932)		(52.932)
Dividendos propostos (nota 21)											(3.391)	3.391	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	651.802	108.433	39.266	48.065	875	(76.824)	-	3.391	2.015.221
Reversão de Dividendos/ISCP prescritos									214				214
Aprovação da proposta de dividendos												(3.391)	(3.391)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	214	-	-	(3.391)	(3.177)
Lucro Líquido do Exercício											495.129		495.129
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego										98.545			98.545
Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.545	-	-	98.545
Destinações:													
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE					101.284						(101.284)		-
Juros sobre capital próprio											(113.429)		(113.429)
Reserva de Retenção de Lucros							280.416				(280.416)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	319.682	48.065	1.089	21.721	-	-	2.492.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/13	31/12/12
		(Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	587.539	766.203
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização*	286.129	252.910
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	284.008	277.869
Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	(69.217)	(88.476)
Perda com baixa do ativo intangível em curso	26.628	110.088
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	38.810	54.025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.182	79.318
	1.161.079	1.451.937
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	209.963	(4.686)
IR e CSLL a Recuperar	41.605	(22.194)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(27.534)	(54.594)
Estoques	1.556	(3.537)
Depósitos judiciais	(15.102)	(38.742)
Despesas pagas antecipadamente	(11.857)	2.032
Entidade de previdência privada	3.737	12.279
Partes Relacionadas	(53)	(46)
Outros ativos	(38.691)	(24.563)
	163.624	(134.051)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(31.281)	162.181
Salários e encargos a pagar	1.661	15.069
Encargos de dívidas e swap pagos	(294.442)	(240.233)
Taxas regulamentares	(27.940)	(28.133)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(83.639)	21.772
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(64.448)	(89.502)
Partes Relacionadas	5	9
Indenizações/contingências pagas	(45.916)	(45.015)
Entidade de previdência privada	32.782	11.173
Outros passivos	199.157	(49.112)
	(314.061)	(241.791)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.010.642	1.076.095
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(1.040.745)	(1.406.501)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(418.371)	(174.358)
Resgate de títulos e valores mobiliários	476.552	135.392
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(982.564)	(1.445.467)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	695.695	864.260
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(229.123)	(251.170)
Amortização do principal de debêntures	(179.184)	(96.509)
Obrigações vinculadas	174.733	237.928
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(169.425)	(313.414)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	292.696	441.095
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	320.774	71.723
Caixa e equivalentes no início do período	252.479	180.756
Caixa e equivalentes no final do período	573.253	252.479
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	320.774	71.723

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2013	31/12/2012 <u>(Reapresentado)</u>
RECEITAS		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	6.758.270	8.033.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52.379)	(162.597)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(22.162)	(9.272)
	<u>6.683.729</u>	<u>7.861.236</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(2.256.777)	(2.389.935)
Encargos de uso da rede básica de transmissão*	(216.160)	(363.495)
Materiais, serviços de terceiros e outros*	(1.392.797)	(1.697.001)
	<u>(3.865.734)</u>	<u>(4.450.431)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.817.995	3.410.805
Amortização*	(286.128)	(252.909)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.531.867	3.157.896
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	648.734	362.642
	<u>648.734</u>	<u>362.642</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.180.601	3.520.538
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	132.765	128.280
Encargos sociais (exceto INSS)	34.617	33.060
Entidade de previdência privada	9.972	7.347
Auxílio alimentação	15.738	13.532
Convênio assistencial e outros benefícios	6.220	5.535
Despesas com desligamento	14.286	16.328
Férias e 13º salário	32.166	34.200
Plano de saúde	11.745	6.757
Indenizações trabalhistas	17.327	18.151
Participação no resultado	21.104	30.517
Administradores	3.418	4.490
Encerramento de ordem em curso	2.878	4.158
(-) Transferência para ordens	(58.984)	(93.563)
Subtotal	243.252	208.792
Impostos , Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	33.406	33.244
ICMS	1.134.145	1.298.133
PIS/COFINS sobre faturamento	303.058	389.610
Imposto de renda e contribuição social	92.410	103.197
Obrigações intra-setoriais	83.081	287.480
Outros	9.200	9.499
Subtotal	1.655.300	2.121.163
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	781.162	522.325
Aluguéis*	5.758	5.252
Subtotal	786.920	527.577
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	113.430	113.167
Dividendos distribuídos	-	52.932
Dividendos propostos	-	3.391
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	101.284	113.058
Reserva de retenção de lucro	280.415	-
Reserva de Lucro a Realizar	-	39.266
Absorção do prejuízo (Exercícios anteriores)	-	341.192
Subtotal	495.129	663.006
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	3.180.601	3.520.538

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão nº 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil intermediária em 24/02/2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 – Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos sobre vendas.

a) Receita faturada

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 – Impostos e Contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente são de 25% e 9%, respectivamente.

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao Lucro tributável. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal SUDENE), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 24).

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido passivo é integralmente reconhecido para todas as diferenças tributárias temporárias. O imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

2.5 – Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício ADENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2020. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro de concessão.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 29).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

2.8 – Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.9 – Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber de fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência, sendo demonstradas pelo valor de realização. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

2.10 – Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras.

2.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 – Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização monetária do ativo financeiro, incidente sobre os investimentos realizados até o 3º. Ciclo de Revisão Tarifária Periódica “3CRTP” (base blindada), é reconhecida mensalmente no resultado, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes.

Na data da próxima revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada cinco anos, o ativo financeiro (base incremental) poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório da Companhia, está classificado como “disponível para venda”.

2.14 – Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, a ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 13).

2.15 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.16 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPCs 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.17 – Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual é regulamentado através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 extinguiu a arrecadação do RGR.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 extinguiu a arrecadação da CCC.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 reduziu em 75% a arrecadação da CDE.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.18 - Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.19 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos, a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.20 – Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na nota explicativa nº 32.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e assistência saúde são calculados anualmente utilizando o método da unidade de crédito projetada, por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 e CPC 33 (R1).

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. O objetivo desse método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. Para os aposentados ou já elegíveis ao benefício esse custo equivale ao valor presente total dos benefícios atuais.

Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais e financeiras tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 26, de 29/09/2008 e aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Os ganhos e prejuízos atuariais são reconhecidos como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos.

2.21 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a reclamações cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.22 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.23 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.24 – Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONGs e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.25 – Segmento de negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – *Operating segments*, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.26 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

2.27 - Novos Pronunciamentos Contábeis

2.27.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2013.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM Nº 696, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovação do CFC em 25 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovação pelo CFC em 30 de janeiro de 2013). A revisão desta norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Os impactos destas mudanças estão refletidos nessas Demonstrações Financeiras.

CPC 36 (R3) / IFRS 10 (IASB - BV 2012) - Demonstrações Consolidadas – aprovado pela Deliberação CVM Nº 698 de 2012 (Aprovação pelo CFC em 30 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 44 - Demonstrações Combinadas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 708, de 02 de maio de 2013. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 45 / IFRS 12 (IASB - BV 2012) - Divulgação de Participações em Outras Entidades - aprovado pela Deliberação CVM Nº 697, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovado pelo CFC em 25 de janeiro de 2013) . A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM Nº 699, de 20 de dezembro de 2012 (Aprovado pelo CFC em 25 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma – aprovado pela Deliberação CVM Nº 709 de 02 de maio de 2013. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.28 - Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e as informações contábeis em 31 de dezembro de 2012, relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Em dezembro de 2012 foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), cujos principais impactos para a Companhia estão relacionados ao cálculo dos rendimentos esperados dos ativos, os quais a partir do exercício de 2013 devem utilizar a mesma taxa utilizada para o desconto da obrigação atuarial, e a aplicação dessa mesma taxa de juros sobre o limite de reconhecimento do ativo (“asset ceiling”).

Os ajustes decorrentes do recálculo das receitas/despesas financeiras do ativo/passivo líquido de benefício pós-emprego do plano de Benefícios Previdenciários nº 2 - BD, correspondem a uma redução do ativo em R\$ 6.096 em 31/12/2012 e R\$ 2.821 em 1/1/2012

- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência dessa revisão a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas práticas contábeis e normas societárias.

- (c) Correção de erro no reconhecimento do passivo atuarial.

Em 2013 foi realizada uma avaliação atuarial das obrigações atuariais da Companhia relativas ao plano de assistência médica e odontológica concedidos aos ex-funcionários aposentados, aos pensionistas e seus dependentes e identificou-se a necessidade de realizar o registro contábil de obrigações atuariais pré-existentes ao exercício de 2013 e não reconhecidas nas respectivas demonstrações contábeis, de acordo com as regras da Instrução CVM nº 695/12 e normas contábeis pretéritas.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em decorrência do cálculo atuarial, a Companhia procedeu aos ajustes contábeis retrospectivos, em conformidade ao que dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro. O resultado da avaliação foi reconhecido como passivo atuarial da Companhia, correspondente a R\$ 241.615 em 31/12/2013 (R\$ 356.974 em 31/12/2012 e R\$ 233.791 em 1/1/2012).

Os ajustes decorrentes da correção retrospectiva impactaram no reconhecimento do passivo atuarial de Benefício Pós-Emprego em 1º de janeiro de 2012. As variações decorrentes do redimensionamento do valor líquido do passivo estão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes e os custos dos serviços corrente e/ou passado e juros líquidos estão reconhecidos no resultado dos exercícios de 2012 e 2013.

- (d) Correção de erro no reconhecimento do diferencial de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

A Lei nº 12.111 de 09/12/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras.

A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários. Esse custo de energia adicional no montante de R\$ 50.811 foi reconhecido em 31/12/2012.

- (e) Reclassificações de saldos contábeis para fins de melhor apresentação com as informações dos períodos anteriores comparativos.

- ✓ Reclassificação de créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a Receber e Encargos de Capacidade Emergencial e Aquisição de Energia Elétrica de Contas a Receber para Outros Ativos Circulantes;
- ✓ Apresentação de Empréstimos e Financiamentos líquidos Títulos e Valores Mobiliários dados em garantias vinculadas aos seus respectivos contratos;
- ✓ Os Impostos diferidos estão sendo apresentados líquidos, pois representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;
- ✓ Reclassificação de PERDCOMPs pendentes de homologação de Impostos e contribuições a pagar Circulante para o Não Circulante;
- ✓ Reclassificação de Outros ativos não circulantes para apresentação de saldo com Partes Relacionadas;
- ✓ Reclassificação dos Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional do grupo de Outros passivos circulantes para Taxas regulamentares.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Reclassificação de Encargo Serviço Sistema – ESS de Energia elétrica comprada para revenda para Encargo de uso da rede.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012:

Balancos patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012.

ATIVO	Notas	31/12/2012	CPC 33 (R1)	Plano de Saúde	CPC 23		Reclassificações para Melhor Apresentação	31/12/2012	
			Plano de Previdência			Revisão Tarifária		Energia Eletromuclear	
		Divulgado							(Reapresentado)
CIRCULANTE		1.489.486	-	-	-	-	-	1.489.486	
NÃO CIRCULANTE									
Impostos e contribuições diferidos	(a) / (b) / (c) / (d)	177.719	3.140	121.371	106.213	17.276		425.719	
Entidade de previdência privada	(a)	24.006	(9.236)					14.770	
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b)	1.713.486			(197.314)			1.516.172	
Intangível	(b)	3.245.641			(166.132)			3.079.509	
Outros não circulantes		457.309						457.309	
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.618.161	(6.096)	121.371	(257.232)	17.276	-	5.493.480	
ATIVO TOTAL		7.107.647	(6.096)	121.371	(257.232)	17.276	-	6.982.966	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2012	CPC 33 (R1)	Plano de Saúde	CPC 23		Reclassificações para Melhor Apresentação	31/12/2012	
			Plano de Previdência			Revisão Tarifária		Energia Eletromuclear	
		Divulgado							(Reapresentado)
CIRCULANTE									
Fornecedores	(d)	504.700				50.811		555.511	
Impostos e contribuições a recolher	(b) / (c) / (d) / (e)	125.218		46.448	50.106	9.432	(9.436)	221.768	
Outros circulantes		889.909						889.909	
TOTAL DO CIRCULANTE		1.519.827	-	46.448	50.106	60.243	(9.436)	1.667.189	
NÃO CIRCULANTE									
Impostos e contribuições a recolher	(e)	4.598					9.436	14.034	
Obrigações com benefícios pós-emprego	(e)	1.803		356.973				358.776	
Outros não circulantes		2.927.747						2.927.747	
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.934.148	-	356.973	-	-	9.436	3.300.557	
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS									
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Reservas de lucros	(b) / (c) / (d)	1.410.068		(211.322)	(307.338)	(42.968)		848.440	
Outros resultados abrangentes	(a)	-	(6.096)	(70.728)				(76.824)	
Outros PL		1.243.604						1.243.604	
Total do patrimônio líquido		2.653.672	(6.096)	(282.050)	(307.338)	(42.968)	-	2.015.220	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.107.647	(6.096)	121.371	(257.232)	17.275	-	6.982.965	

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Notas	CPC 33 (R1)		CPC 23		Reclassificações para Melhor Apresentação	01/01/2012
		01/01/2012	Plano de Previdência	Plano de Saúde	Revisão Tarifária		
		(Divulgado)					(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Contas a receber de clientes e outros	(e)	923.069				15.988	939.057
Outros ativos circulantes	(e)	38.688				(15.988)	22.700
Outros circulantes		388.924					388.924
CIRCULANTE		1.350.681	-	-	-	-	1.350.681
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e valores mobiliários	(e)	52.598				(51.971)	627
Impostos e contribuições diferidos	(a) / (b) / (c) / (e)	74.753	1.453	79.489	74.886	124.319	354.900
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(e)	208.586				(208.586)	-
Entidade de previdência privada	(a)	35.119	(4.274)				30.845
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b)	659.635			(140.981)		518.654
Intangível	(b)	3.280.862			(120.793)		3.160.069
Outros não circulantes		475.608					475.608
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.787.161	(2.821)	79.489	(186.889)	(136.238)	4.540.702
ATIVO TOTAL		6.137.842	(2.821)	79.489	(186.889)	(136.238)	5.891.383

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	CPC 33 (R1)		CPC 23		Reclassificações para Melhor Apresentação	01/01/2012
		01/01/2012	Plano de Previdência	Plano de Saúde	Revisão Tarifária		
		(Divulgado)					(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores	(d) / (e)	395.410				(80)	395.330
Taxas regulamentares	(e)	52.454				1.779	54.233
Impostos e contribuições a recolher	(b) / (c) / (d)	132.903		43.469	34.474	(9.062)	201.784
Outros passivos circulantes	(e)	180.056				(1.779)	178.277
Outros circulantes		498.881					498.881
TOTAL DO CIRCULANTE		1.259.704	-	43.469	34.474	(9.142)	1.328.505
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	(e)	2.026.566				(51.971)	1.974.595
Impostos e contribuições a recolher	(e)	3.183				9.062	12.245
Impostos e contribuições diferidos	(e)	84.267				(84.267)	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	(c)	1.688		233.791			235.479
Partes Relacionadas	(e)	-				80	80
Outros não circulantes		464.497					464.497
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.580.201	-	233.791	-	(127.096)	2.686.896
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Reservas de lucros	(b) / (c) / (d)	725.568		(43.469)	(34.474)		647.625
Outros resultados abrangentes	(a)	48.065	(2.821)				45.244
Prejuízo Acumulado		-		(154.302)	(186.889)		(341.191)
Outros PL		1.524.304					1.524.304
Total do patrimônio líquido		2.297.937	(2.821)	(197.771)	(221.363)	-	1.875.982
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		6.137.842	(2.821)	79.489	(186.889)	(136.238)	5.891.383

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referentes a 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Em 01/01/2012							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	725.569	48.065	-	284.090	2.297.937
Previdência Privada - Efeitos CPC 33 (R1)	(a)			(2.821)			(2.821)
Revisão Tarifária - Efeitos CPC 23	(b)		(34.474)		(186.889)		(221.363)
Plano de Saúde - Efeitos CPC 23	(c)		(43.469)		(154.302)		(197.771)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	725.569	45.244	(341.191)	284.090	1.875.982

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Em 31/12/2012							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	1.410.068	-	-	3.391	2.653.672
Previdência Privada - Efeitos CPC 33 (R1)	(a)			(6.096)			(6.096)
Revisão Tarifária - Efeitos CPC 23	(b)		(307.337)				(307.337)
Plano de Saúde - Efeitos CPC 23	(c)		(282.050)				(282.050)
Energia Eletro nuclear - Efeitos CPC 23	(d)		(42.969)				(42.969)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	777.712	(6.096)	-	3.391	2.015.220

Demonstração do Resultado referente ao período findo em 31 de dezembro de 2012.

		Demonstração do Resultado		
		31/12/2012		
	Ref.	Publicado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		5.813.614		5.813.614
Custo do serviço	(b) / (d)	(4.025.741)	(125.945)	(4.151.686)
LUCRO BRUTO		1.787.873	(125.945)	1.661.928
Despesas com vendas		(478.442)		(478.442)
Despesas gerais e administrativas		(257.601)		(257.601)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		1.051.830	(125.945)	925.885
Resultado financeiro		(117.129)	(42.554)	(159.683)
Receita financeira	(b)	380.095	(17.453)	362.642
Despesa financeira	(c)	(497.224)	(25.101)	(522.325)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		934.701	(168.499)	766.202
Imposto de renda e contribuição social		(129.204)	26.007	(103.197)
Corrente		(249.104)		(249.104)
Diferido	(b) / (c) / (d)	(2.982)	54.050	51.068
Incentivo SUDENE	(b) / (c) / (d)	141.100	(28.043)	113.057
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL		(18.218)		(18.218)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		805.497	(142.492)	663.005

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período findo em 31 de dezembro de 2012.

	Ref.	Demonstração do Fluxo de Caixa		
		31/12/2012		
		Publicado (Reclassificado*)	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das atividades operacionais	(a) / (b) / (c) / (d)	1.218.587	(142.492)	1.076.095
Utilização de caixa em atividades de investimento	(a) / (b) / (c) / (d)	(1.587.959)	142.492	(1.445.467)
Utilização de caixa em atividades de financiamento		441.095	-	441.095
Redução no caixa e equivalentes de caixa		71.723	-	71.723
Caixa e equivalentes no início do período		180.756		180.756
Caixa e equivalentes no final do período		252.479		252.479
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		71.723	-	71.723

* Contempla as reclassificações para melhor apresentação

Demonstração do Valor Adicionado referente ao período findo em 31 de dezembro de 2012.

	Ref.	Demonstração do Valor Adicionado		
		31/12/2012		
		Publicado (Reclassificado*)	Ajustes	Reapresentado
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		3.673.019	(152.480)	3.520.539
Energia elétrica comprada para revenda	(d)	(2.339.124)	(50.811)	(2.389.935)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(b)	(1.601.981)	(95.020)	(1.697.001)
Amortização	(b)	(263.714)	10.805	(252.909)
Receitas financeiras	(b)	380.095	(17.453)	362.642
Outros		7.497.742	-	7.497.742
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		3.673.019	(143.397)	3.520.539
Pessoal	(c)	15.839	(9.082)	6.757
Imposto de renda e contribuição social	(b) / (c) / (d)	129.204	(26.007)	103.197
Juros e variações cambiais	(c)	497.224	25.101	522.325
Lucro / Prejuízos		-	(142.491)	(142.491)
Outros		3.030.751	-	3.030.751

* Contempla as reclassificações para melhor apresentação

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

- a) Bifurcação dos Bens da Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro Indenizável e Ativo Intangível

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor novo de reposição) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação esta condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor novo de reposição contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteados pela ICPC-01(IFRIC-12).

- b) Contratos de Construção

Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

g) Benefícios pós-emprego

O custo dos planos de aposentadoria e assistência saúde com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões e contribuições dos empregados. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

4. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO

O Contrato de Concessão nº 010/97, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Coelba define periodicidade para os processos de revisão tarifária. Em 22 de abril de 2013 entraram em vigor as novas tarifas, reconstruídas pelo processo da terceira revisão tarifária periódica.

As metodologias aplicáveis ao 3º ciclo de revisões tarifárias periódicas - 3CRTP foram definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável. Ambos os módulos foram aprovados em novembro de 2011 por meio das Resoluções ANEEL nºs 457/2011 e 464/2011.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.511 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em -6,06%, sendo -5,91% relativo à parcela econômica e -0,15% relativo aos componentes financeiros. A esse percentual foi acrescido ainda -1,86% relativo aos componentes financeiros incluídos no reajuste tarifário anterior, resultando no efeito médio percebido pelos consumidores cativos de -7,92%.

A taxa de remuneração regulatória (WACC) incluída na tarifa cobrada aos clientes da Companhia foi de 11,36% antes dos impostos e corresponde à remuneração dos ativos que compõem a infra-estrutura da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível).

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de -4,03%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, a redução média foi de -9,90%.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices aprovados pela ANEEL incidiram nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.783/2013. O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.073 de 11/04/2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R\$ 3.910.759.

Conforme dispõe a Resolução ANEEL nº 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória foi registrado na contabilidade regulatória da Companhia no segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL e já está refletido nestas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	40.314	42.382	37.025
Aplicações financeiras de liquidez imediata:			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6.622	1.663	74.730
Fundos de investimento	526.317	208.434	69.001
	<u>573.253</u>	<u>252.479</u>	<u>180.756</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, títulos públicos, CDBs e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 96,5% a 100,8%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Consumidores	(a)	1.041.899	1.236.632	1.297.974
Títulos a receber	(b)	1.995	1.728	2.743
Comercialização de energia na CCEE	(c)	14.829	47.432	17.989
Disponibilização do sistema de distribuição		14.442	23.650	13.054
Serviços prestados a terceiros		11.491	11.733	11.407
Serviços taxados e administrativos		10.279	12.824	18.306
Subvenção	(d)	84.105	59.123	16.147
Outros créditos		36.058	31.939	42.755
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(311.216)	(304.034)	(224.716)
Total		903.882	1.121.027	1.195.659
Circulante		817.883	987.586	939.057
Não circulante		85.999	133.441	256.602

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Setor privado								
Residencial	173.487	97.618	191.318	462.423	571.091	(191.606)	(253.818)	(191.058)
Industrial	63.546	6.307	14.882	84.735	98.891	(12.232)	(4.138)	(3.480)
Comercial, serviços e outras	99.440	25.359	41.430	166.229	197.564	(38.133)	(14.226)	(11.401)
Rural	25.380	8.220	25.462	59.062	63.398	(21.831)	(6.418)	(3.417)
	<u>361.853</u>	<u>137.504</u>	<u>273.092</u>	<u>772.449</u>	<u>930.944</u>	<u>(263.802)</u>	<u>(278.600)</u>	<u>(209.356)</u>
Setor público								
Poder público								
Federal	3.878	2.734	1.207	7.819	6.854	(652)	(398)	-
Estadual	6.658	3.753	1.419	11.830	13.058	(495)	(2)	-
Municipal	12.435	5.826	1.606	19.867	24.308	(896)	(8)	-
	<u>22.971</u>	<u>12.313</u>	<u>4.232</u>	<u>39.516</u>	<u>44.220</u>	<u>(2.043)</u>	<u>(408)</u>	<u>-</u>
Iluminação pública	29.660	5.806	543	36.009	35.299	(36)	(43)	-
Serviço público	33.443	2.819	1.780	38.042	46.139	(102)	(514)	(756)
Fornecimento não faturado	155.883	-	-	155.883	180.030	-	-	-
	<u>603.810</u>	<u>158.442</u>	<u>279.647</u>	<u>1.041.899</u>	<u>1.236.632</u>	<u>(265.983)</u>	<u>(279.565)</u>	<u>(210.112)</u>
Circulante				962.070	1.107.860	(284.983)	(279.565)	(210.112)
Não circulante				79.829	128.772	19.000	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD		
		Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12
Setor público	-	-	-	-	-	10	-	-
Setor privado	937	53	1.005	1.995	1.728	2.733	(1.443)	(1.508)
Total	937	53	1.005	1.995	1.728	2.743	(1.443)	(1.508)
Circulante	467	53	1.005	1.525	1.204	1.359	(1.105)	(1.508)
Não circulante	470	-	-	470	524	1.384	(338)	-

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	(210.112)	(1.572)	(13.032)	(224.716)
Adições	(304.783)	(950)	(23.363)	(329.096)
Reversões	152.053	1.014	13.434	166.501
Baixados a reserva	83.277	-	-	83.277
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(279.565)	(1.508)	(22.961)	(304.034)
Adições	(153.250)	(872)	(22.317)	(176.439)
Reversões	121.635	937	1.488	124.060
Baixados a reserva	45.197	-	-	45.197
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(265.983)	(1.443)	(43.790)	(311.216)

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo a receber em 31/12/2013 é de R\$ 14.829 (R\$ 47.432 em 31/12/2012 e R\$ 17.989 em 1º/01/2012).

(d) Subvenções

(d.1) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 é R\$ 45.969 (R\$ 59.123 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 16.147 em 1º de janeiro de 2012), relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2013.

(d.2) O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo a receber em 31/12/2013 é R\$ 38.136 é relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2013.

As referidas subvenções são calculadas mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	4.732	8.179	19.071
Banco Itaú	(a)	Títulos Públicos	jul-14	CDIC	766	1.045	999
Banco Nordeste do Brasil	(c)	CDB	jul-16	CDI	11.661	43.927	-
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	5	11.684	2.390
Bradesco	(a)	LFT	mar-14	CDI	867	16	552
Bradesco	(a)	CDB	abr-14	CDI	11	2.184	2.000
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	dez-13 / jan-14 / fev-14/dez-14 / jan-15 / fev-17	CDI	1.614	7.374	5.555
Votorantim	(a)	CDB	jan-14	CDI	2.651	2.486	4.727
Total					22.307	76.895	35.294
Circulante					22.094	26.726	34.667
Não circulante					213	50.169	627

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Carteira própria - Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 01 de janeiro de 2012	35.294
Aplicações	174.358
Resgates	(135.392)
Remuneração	2.635
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>76.895</u>
Aplicações	418.372
Resgates	(476.552)
Remuneração	3.592
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u><u>22.307</u></u>

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Circulante				
Imposto de renda - IR	(a)	42.923	35.699	39.736
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	20.544	11.234	6.483
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	50.338	55.226	43.399
Programa de integração social - PIS	(c)	43.973	3.012	1.430
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	11.911	13.901	15.093
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.849	1.537	1.354
Outros		65	1.262	742
		<u>171.603</u>	<u>121.871</u>	<u>108.237</u>
Não circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	67.329	72.994	56.382
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.413	2.412
		<u>69.742</u>	<u>75.407</u>	<u>58.794</u>
Total		<u><u>241.345</u></u>	<u><u>197.278</u></u>	<u><u>167.031</u></u>

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 117.023 (R\$ 118.397 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 97.478 em 1º de janeiro de 2012).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 643 (R\$ 9.823 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 2.303 em 1º de janeiro de 2012).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente de:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c.1) Regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, nos montantes de R\$ 14.503 em 31/12/2013, R\$ 16.913 em 31/12/2012 e R\$ 246 em 01/12/2012);
- c.2) Decisão favorável à Companhia para o Mandato de Segurança impetrado em 1998 com relação ao PIS recolhido à maior, em razão da majoração realizada pelos Decretos n.ºs. 2.445 e 2.249, no período de setembro/88 a outubro/95, quanto à semestralidade da base de cálculo. O reconhecimento do crédito no montante de R\$ 41.382 ocorreu após a emissão do trânsito em julgado, em 29/10/2013. A Companhia entrou com o pedido de compensação junto à Receita Federal e aguarda homologação.
- (d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa n.º 22 – Provisões.

9. SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Serviço próprio	6.900	5.898	15.970
Serviços prestados a terceiros	25.978	37.928	28.988
Total	<u>32.878</u>	<u>43.826</u>	<u>44.958</u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que é utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos são transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 23 – Outros Passivos).

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Imposto de renda e contribuição social	(a)	115.433	235.351	146.314
Diferido ativo		211.130	364.455	237.743
Diferido passivo		(95.697)	(129.104)	(91.429)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	173.419	190.368	208.586
Total		<u>288.852</u>	<u>425.719</u>	<u>354.900</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo					
	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda						
Diferenças temporárias	327.609	81.962	891.626	172.535	408.305	105.019
Contribuição Social						
Diferenças temporárias	371.900	33.471	697.953	62.816	458.838	41.295
Total		<u>115.433</u>		<u>235.351</u>		<u>146.314</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.701	36.701	32.829	32.829	61.338	61.338
Provisão para passivo atuarial	241.116	241.116	356.974	356.974	233.791	233.791
Provisão desvalorização de ativos financeiros	-	-	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão jurídicas	183.188	183.188	147.244	147.244	127.763	127.763
Provisão agente arrecadador	-	-	-	-	-	-
Provisão PLR	14.428	14.428	15.640	15.640	2.560	2.560
Incentivo fiscal Sudene	25.781	-	262.537	-	144.475	-
Baixa líquida de gastos capitalizados indevidamente	(69.432)	-	201.711	269.934	129.246	185.718
Receita de Ultrapassagem	28.598	28.598	-	-	-	-
Perda CCEE	17.093	17.093	-	-	-	-
Ajustes RTT						
Déficit plano previdenciário	1.251	1.251	1.996	1.996	1.996	1.996
Ativos e passivos regulatórios	112.113	112.113	15.576	15.576	-	-
Outros	19.078	19.078	84.418	84.418	16.794	16.794
Total Ativo	609.915	653.566	1.123.925	929.611	722.963	634.960
Passivo (-)						
Precatório Finsocial/PAES	-	-	(4.154)	(4.154)	(8.122)	(8.122)
Depreciação/Amortização acelerada						
Ajustes RTT						
Valor justo de derivativos financeiros	(22.000)	(22.000)	(9.171)	(9.171)	(1.647)	(1.647)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(154.632)	(153.991)	(85.415)	(84.774)	(134.833)	3.702
Ajuste da quota anual de amortização	(13.944)	(13.944)	(20.234)	(20.234)	(17.262)	(17.262)
Capitalização (amortização) de juros de acordo com o IFRS	(63.536)	(63.536)	(65.947)	(65.947)	(71.833)	(71.833)
Déficit plano previdenciário	(237)	(237)	(308)	(308)	(308)	(308)
Superávit plano previdenciário	(20.869)	(20.869)	(24.606)	(24.606)	(49.139)	(49.139)
Ativos e passivos regulatórios	-	-	(13.119)	(13.119)	(17.532)	(17.532)
Custo de captação	(7.088)	(7.089)	(9.345)	(9.345)	(13.982)	(13.981)
Total Passivo	(282.306)	(281.666)	(232.299)	(231.658)	(314.658)	(176.122)
Total Líquido	327.609	371.900	891.626	697.953	408.305	458.838

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	31/12/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	587.539	587.539	766.203	766.203
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(16.948)	(16.948)	(18.218)	(18.218)
Ajustes decorrentes do RTT	48.836	48.836	17.643	17.643
Juros sobre capital próprio	(113.429)	(113.429)	(113.167)	(113.167)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	505.998	505.998	652.461	652.461
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	126.500	45.540	163.115	58.721
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	17	-	17
Contribuições e doações	91	33	361	130
Multas indedutíveis	183	66	6.442	2.320
Depreciação veículos executivos	42	15	50	18
Outras adições	16.596	8.250	436	199
	16.912	8.381	7.289	2.684
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(8.226)	(2.961)	(8.841)	(3.183)
Incentivo fiscal SUDENE	(101.284)	-	(131.668)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(1.965)	-	(5.173)	-
	(111.475)	(2.961)	(145.682)	(3.183)
Imposto de renda e contribuição social no período	31.937	50.960	24.722	58.222
Diferido de diferença temporária de RTT	(3.064)	(4.371)	3.605	(1.570)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	28.873	46.589	28.327	56.652
Corrente	(24.372)	30.681	68.694	67.352
Recolhidos e Pagos	25.899	38.549	36.041	53.461
Compensados e deduzidos	2.604	-	6.280	16.106
Impostos antecipados a recuperar	(52.875)	(7.868)	26.373	(2.215)
Diferido	53.245	15.908	(40.367)	(10.700)
	28.873	46.589	28.327	56.652

Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (R1) (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n.ºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 são como segue:

Benefício fiscal	383.135
Amortização acumulada	(513.379)
Reversão acumulada	<u>338.830</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2012	208.586
Amortização	(53.582)
Reversão	<u>35.364</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	190.368
Amortização	(49.850)
Reversão	<u>32.901</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>173.419</u>
Ativo Não Circulante	173.419

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL n.º 195, de 07 de junho de 2000 e o Despacho n.º 2.250, de 20 de dezembro de 2005 conforme curva abaixo:

Curvas de amortização de ágio

<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>	<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>	<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>	<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>
2013	0,04420	2017	0,04010	2021	0,03280	2025	0,02680
2014	0,04350	2018	0,03790	2022	0,03130	2026	0,02540
2015	0,04340	2019	0,03680	2023	0,02970		
2016	0,04180	2020	0,03480	2024	0,02820		

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Adiantamentos a empregados		1.537	4.602	459
Adiantamentos a fornecedores	(a)	18.808	7.662	1.042
Serviços prestados a terceiros		3.621	1.694	787
Alienações em curso		-	59	-
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	-	4.154	8.122
Dispêndios a reembolsar em curso	(c)	13.667	6.640	9.886
Cobrança extra judicial		770	665	834
Uso mútuo de postes		6.106	4.344	4.848
Sub-rogação CCC		1.457	1.651	1.720
Recursos CDE	(d)	(6.061)	-	-
Outros créditos a receber		4.886	2.775	3.077
Total		<u>44.791</u>	<u>34.246</u>	<u>30.775</u>
Circulante		42.267	31.391	22.700
Não circulante		2.524	2.855	8.075

- (a) Valores concedidos antecipadamente aos fornecedores, contra prestação futura de um serviço ou entrega de material.
- (b) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776, em favor da Companhia, com expectativa de realização do saldo em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, a última parcela foi recebida em dezembro de 2013.
- (c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.
- (d) Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à Aneel a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes: Encargo do Serviço do Sistema; Risco Hidrológico; e Frustração de cotas.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Trabalhistas		115.230	97.212	77.402
Cíveis		62.227	52.262	31.121
Fiscais:		21.576	30.594	28.767
PIS / COFINS		2.220	12.416	11.856
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	8.508	7.928	7.329
Impostos municipais	(b)	2.373	2.237	2.174
ICMS	(c)	6.258	5.882	5.717
INSS		694	666	654
Outros		1.523	1.465	1.037
Outros		4.922	3.680	2.519
Total		203.955	183.748	139.809

- (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes a substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- (c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 14).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Lei nº12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2012		518.653
Baixas	(a)	(39.462)
Transferências		948.505
Atualização monetária		<u>88.476</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>1.516.172</u>
Baixas		(3.068)
Reversão		8.466
Transferências	(b) / (c)	3.099
Atualização monetária		<u>69.217</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u><u>1.593.886</u></u>

- (a) Conforme mencionado na Nota 2, item 2.3, letra (b), em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica a Companhia realizou uma revisão nos gastos capitalizados aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão e identificou itens que não se enquadram para reconhecimento como ativo e procedeu ajustes retrospectivos dos registros contábeis em conformidade com o CPC 23 – Retificação de Erro.
- (b) Redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRT, Despacho ANEEL no. 1.073 de 11 de abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.
- (c) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

14. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31/12/2013			31/12/12	01/01/12
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,96	7.662.069	(3.353.642)	(1.534.612)	2.773.815	2.391.889
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.075.720	-	(183.063)	892.657	687.621
Total		8.737.789	(3.353.642)	(1.717.675)	3.666.472	3.109.510

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	6.903.135	(2.780.324)	(1.647.162)	2.475.649	795.922	(111.503)	684.419	3.160.068
Adições	-	-	-	-	1.406.501	(237.928)	1.168.573	1.168.573
Baixas	(110.823)	47.863	-	(62.960)	(7.666)	-	(7.666)	(70.626)
Amortizações	-	(321.761)	85.307	(236.454)	-	-	-	(236.454)
Transferências - Intangíveis	813.753	-	(83.061)	730.692	(813.753)	83.061	(730.692)	-
Transferências - Ativos financeiros	(607.182)	-	91.782	(515.400)	(520.931)	87.826	(433.105)	(948.505)
Transferências - Outros	(47)	11	398	362	(5.120)	11.212	6.092	6.454
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>6.998.836</u>	<u>(3.054.211)</u>	<u>(1.552.736)</u>	<u>2.391.889</u>	<u>854.953</u>	<u>(167.332)</u>	<u>687.621</u>	<u>3.079.510</u>
Adições	-	-	-	-	1.040.745	(183.199)	857.546	857.546
Baixas	(81.668)	69.884	-	(11.784)	(11.776)	-	(11.776)	(23.560)
Amortizações	-	(369.315)	92.572	(276.743)	-	-	-	(276.743)
Transferências - Intangíveis	440.806	-	(85.421)	355.385	(440.806)	85.421	(355.385)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	286.885	-	-	286.885	(363.820)	73.836	(289.984)	(3.099)
Transferências - Outros (b)	17.210	-	10.973	28.183	(3.576)	8.211	4.635	32.818
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>7.662.069</u>	<u>(3.353.642)</u>	<u>(1.534.612)</u>	<u>2.773.815</u>	<u>1.075.720</u>	<u>(183.063)</u>	<u>892.657</u>	<u>3.666.472</u>

- (a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.
(b) Referem-se às transferências de material técnico, materiais de escritório e mão de obra.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição, limitada ao prazo de vencimento da concessão, dos dois o menor. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 13).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

15. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 é como segue:

Fornecedores	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Energia elétrica:	351.565	372.467	220.632
Terceiros	263.627	326.537	176.539
Partes relacionadas	87.938	45.930	44.093
Encargos de uso da rede	13.953	31.019	26.239
Terceiros	12.034	28.968	24.165
Partes relacionadas	1.919	2.051	2.074
Materiais e serviços	156.515	152.025	148.459
Terceiros	156.095	151.609	147.878
Partes relacionadas	420	416	581
Energia livre	29.594	27.397	25.397
Total	551.627	582.908	420.727
Circulante	500.450	555.511	395.330
Não circulante	51.177	27.397	25.397

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos	Principal		Total		
			Circulante	Circulante	Não circulante	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Moeda nacional								
BNB			1.369	65.864	205.625	272.858	339.021	389.340
(-) Custos de transação		10,41% a.a. a 13,20% a.a.	-	(712)	(1.054)	(1.766)	(2.675)	(3.752)
			1.369	65.152	204.571	271.092	336.346	385.588
BNDES FINEM			2.859	184.095	791.113	978.067	741.778	521.705
(-) Custos de transação	(a.1) / (a.2)	5,38% a.a. a 8,06% a.a.	-	(69)	(199)	(268)	(41)	(81)
			2.859	184.026	790.914	977.799	741.737	521.624
Eletrobrás			-	27.183	139.107	166.290	180.906	170.163
(-) Custos de transação	(a.3)	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	(252)	(979)	(1.231)	(1.250)	(636)
			-	26.931	138.128	165.059	179.656	169.527
FINEP			111	11.621	39.527	51.259	49.940	51.497
(-) Custos de transação	(a.4)	5,02% a.a. a 5,41%a.a.	-	(121)	(183)	(304)	(315)	(358)
			111	11.500	39.344	50.955	49.625	51.139
BANCO DO BRASIL			744	-	400.000	400.744	450.121	536.072
(-) Custos de transação	(a.5)	13,55% a.a / 13,76% a.a.	-	(579)	(2.131)	(2.710)	(3.109)	(5.365)
Operações com swap			-	-	-	-	(14.757)	(6.014)
			744	(579)	397.869	398.034	432.255	524.693
BONDS BRL			8.225	-	400.000	408.225	408.225	408.225
(-) Custos de transação		9,97% a.a. a 15,93% a.a.	-	(865)	(1.146)	(2.011)	(2.877)	(3.627)
			8.225	(865)	398.854	406.214	405.348	404.598
Total moeda nacional			13.308	286.165	1.969.680	2.269.153	2.144.967	2.057.169
Moeda estrangeira								
TÍTULOS EXTERNOS	(a.6)	Libor 6M + 1,875% a.a	18	6.682	344.407	351.107	310.745	273.156
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-
Operações com swap		106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	-	(40.090)	(29.871)	(69.961)	(27.489)	9.214
			18	(33.408)	314.536	281.146	283.256	282.370
BANK OF AMERICA			393	9.495	478.047	487.935	401.252	-
(-) Custos de transação	(a.7)	Libor 3M + 1,7% a.a.	-	-	-	-	-	-
Operações com swap		CDI + 0,552% a.a., CDI + 0,60% a.a. e CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI	-	32.707	(90.214)	(57.507)	6.752	-
			393	42.202	387.833	430.428	408.004	-
BANK OF TOKYO			51	1.243	110.854	112.148	95.860	-
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-
Operações com swap		CDI + 0,60% a.a.	-	9.029	(18.128)	(9.099)	7.316	-
			51	10.272	92.726	103.049	103.176	-
CITIBANK	(a.7)	Libor 3M + 0,970% a.a.	216	2.710	217.154	220.080	-	-
		104,5% do CDI	-	19.118	(17.145)	1.973	-	-
			216	21.828	200.009	222.053	-	-
JP MORGAN	(a.7)	2,94% a.a.	70	1.633	53.889	55.592	-	-
		105% do CDI	-	3.835	(2.538)	1.297	-	-
			70	5.468	51.351	56.889	-	-
Total moeda estrangeira			748	46.362	1.046.455	1.093.565	794.436	282.370
(-) Garantias depósitos vinculados				-	(38.140)	(38.140)	(36.743)	(51.971)
Total			14.056	332.527	2.977.995	3.324.578	2.902.660	2.287.568

(a) Captações e renegociações de recursos no exercício

a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R\$ 85.860 para financiamentos de investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.10.89.1, assinado em março de 2009 e aditado em novembro de 2009, outubro de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

a.2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R\$ 279.665 para financiamento de investimentos realizados em 2013, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

a.3) Eletrobrás – A Companhia recebeu R\$ 12.206 para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR, provenientes do Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche), assinado em janeiro de 2012 e aditado em agosto de 2013.

a.4) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Companhia recebeu R\$ 10.966 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em fevereiro de 2012.

a.5) Banco do Brasil - As Notas de Crédito Comerciais (NCCs) foram renovadas nos valores de R\$ 300.000, com prazo de 5 anos, vencendo em dezembro de 2018, custo de 111,60% do CDI, amortização anual a partir do 36º mês e juros trimestrais e R\$ 100.000, com prazo de 8 anos, vencendo em novembro de 2021, amortização anual a partir do 24º mês, custo de 108% do CDI e juros trimestrais.

a.6) Em dezembro de 2013 foram renegociados os Títulos Externos no montante de US\$ 150.000, junto aos Bancos Sumitomo Mitsui Banking Corporation, Mizuho Bank, Ltd., The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ Ltd. e BNP Paribas, alongando o seu prazo para dezembro de 2018, a serem amortizados em 3 parcelas semestrais a partir de dezembro de 2017, com custo de LIBOR + 1,50% a.a. e juros pagos semestralmente.

a.7) Em dezembro de 2013, a Companhia realizou captações de recursos em moeda estrangeira com base na lei 4.131, nos montantes de US\$ 98,000 junto ao Citibank, N.A., US\$ 24,500 junto ao JP Morgan, N.A. e US\$ 9,900 junto ao Bank of América, N.A., com vencimentos em 03, 17 e 20 de dezembro de 2018, amortizações bullet, com custos de LIBOR + 0,97% a.a., 2,94% a.a. e LIBOR + 1,70% a.a., respectivamente, a serem pagos trimestralmente. Em conexão com estas operações foram contratados swaps de proteção cambial.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os empréstimos em moeda estrangeira com base na lei 4.131: Títulos Externos, Bank of América, N.A. 2012, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012, Citibank N.A. 2013, Bank of América, N.A. 2013, JP Morgan, N.A. 2013; e BONDS contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

Títulos Externos, Citibank N.A. 2013 e JP Morgan, N.A. 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2;

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bank of América, N.A. 2012 - Dívida Líquida/EBITDA menor que 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2;

Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2;

Bank of América, N.A. 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor que 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2;

BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2013:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objeto	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
TÍTULOS EXTERNOS 2013	30/12/13	Dólar	Renegociação de Dívida	USD Liber 6M + 1,5% a.a.	103,27% / 100,40% / 102,87% do	28/12/18	-
BANK OF AMÉRICA 2012	13/11/12	Dólar	Capital de Giro	USD Liber 3M + 1,70% a.a.	-1% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI	14/06/18	-
BANCO DE TOKYO 2012	10/12/12	Dólar	Capital de Giro	USD Liber 3M + 0,80% a.a.	CDI + 0,60% a.a.	14/06/18	-
CITIBANK 2013	03/12/13	Dólar	Capital de Giro	USD Liber 3M + 0,970% a.a.	104,5% do CDI	03/12/18	-
JF MORGAN 2013	03/12/13	Dólar	Capital de Giro	2,94% a.a.	105% do CDI	17/12/18	-
BANK OF AMÉRICA 2013	05/12/13	Dólar	Capital de Giro	USD Liber 3M + 1,70% a.a.	100% do CDI	20/12/18	-
BNB 2A DR / SA	27/06/08	Real	Prog. de Investimentos Expansão/Melhor. Redes Transmissão/Distribuição	10,00% a.a.	-	27/06/16	Centralização de Recebíveis, Fundo de Liquidez e Fiança Neoennergia
BNB 2B DR	22/08/08	Real	Prog. de Investimentos Expansão/Melhor. Redes Transmissão/Distribuição	10,00% a.a.	-	22/08/16	Centralização de Recebíveis, Fundo de Liquidez e Fiança Neoennergia
BNB 3 - LPT VI	09/09/10	Real	Programa Luz para Todos 6º Tranche	10,00% a.a.	-	09/09/18	Centralização de Recebíveis, Fundo de Liquidez e Fiança Neoennergia
FINEP 2	14/10/09	Real	Projeto de Inovação	5,00% a.a.	-	15/02/18	Fiança Neoennergia
FINEP 3	06/02/12	Real	Projeto de Inovação	5,00% a.a.	-	15/02/19	Fiança Neoennergia
BNDES 5 FINEM 2009	16/03/09	Real	Invest. de Transmissão/Distribuição de Energia/Modernização Operacional	4,50% a.a./TLP+2,12% a.a./TLP + 3,12% a.a.	-	15/06/15	Fiança Neoennergia
BNDES 5 FINEM 2010	16/03/09	Real	Invest. de Transmissão/Distribuição de Energia/Modernização Operacional	5,50 % a.a./TLP + 1,82% a.a./TLP + 2,82% a.a.	-	15/06/16	Fiança Neoennergia
BNDES 5 FINEM 2011/2012	16/03/09	Real	Invest. de Transmissão/Distribuição de Energia/Modernização Operacional	5,50 % a.a./TLP + 1,82% a.a./TLP + 2,82% a.a.	-	15/06/17, 15/02/18 e 15/06/18	Fiança Neoennergia
BNDES 6 FINEM 2013/2014	29/05/13	Real	Invest. de Transmissão/Distribuição de Energia/Modernização Operacional	3% a.a./TLP+1,70%/TLP+2,70%	-	15/06/2021 e 17/04/2023	Fiança Neoennergia
ICF - LNC 2	21/03/01	Real	Programa Luz no Campo 2ª Etapa	5,00% a.a.	-	30/05/15	Nota Promissória e Receita de Contratos entre Manuária e Gov. Bahia - Lei 7.804
ICFS - LPT 1	09/07/04	Real	Programa Luz para Todos 1º Tranche	5,00% a.a.	-	30/07/16	NOTA PROMISSÓRIA E RECEITA PRÓPRIA
ICFS - LPT 2	03/10/05	Real	Programa Luz para Todos 2º Tranche	5,00% a.a.	-	30/10/17	NOTA PROMISSÓRIA E RECEITA PRÓPRIA
ICFS - LPT 3	03/08/06	Real	Programa Luz para Todos 3º Tranche	5,00% a.a.	-	30/08/18	NOTA PROMISSÓRIA E RECEITA PRÓPRIA
ICFS - LPT 4	06/08/07	Real	Programa Luz para Todos 4º Tranche	5,00% a.a.	-	30/08/19	NOTA PROMISSÓRIA E RECEITA PRÓPRIA
ICFS - LPT 5	03/09/08	Real	Programa Luz para Todos 5º Tranche	5,00% a.a.	-	30/09/20	NOTA PROMISSÓRIA E RECEITA PRÓPRIA
ICFS - LPT 6	23/11/09	Real	Programa Luz para Todos 6º Tranche	5,00% a.a.	-	30/01/22	NOTA PROMISSÓRIA E RECEITA PRÓPRIA
ICFS - LPT 7	10/01/12	Real	Programa Luz para Todos 7º Tranche	5,00% a.a.	-	31/01/24	NOTA PROMISSÓRIA E RECEITA PRÓPRIA
9ª EMISSÃO DEBÊNTURES	27/01/04	Real	Programa de Investimento e Alongamento de Dívida	VC + 10,80% a.a.	IGPM + 13,95% a.a.	27/01/14	Fiança Neoennergia e Vinculação de Receita
6ª EMISSÃO DEBÊNTURES	01/12/07	Real	Resgate Antecipado de Parte de 5ª Emissão de Debêntures - 1ª Série	CDI + 0,60% a.a.	-	01/12/14	-
7ª EMISSÃO DEBÊNTURES	20/12/10	Real	Capital de Giro	106,70% do CDI	-	12/01/13	-
BANCO DO BRASIL 1	23/03/10	Real	Capital de Giro	111,6% do CDI	-	20/12/18	-
BANCO DO BRASIL 2	06/05/10	Real	Liquidação da 5ª Emissão de Debêntures - 2ª Série	108% do CDI	-	18/11/21	-
BONDS BRL 2016	27/04/11	Real	Renegociação de Dívida	11,75% a.a.	-	27/04/16	-

Para alguns financiamentos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador e aplicações financeiras vinculadas (contas reservas).

O total devido em moeda nacional e em moeda estrangeira da Companhia desdobra-se, da seguinte forma:

Moeda Nacional	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	994.657	43,8%	1.069.107	49,8%	1.197.034	55,8%
TJLP	876.461	38,6%	643.604	30,0%	435.721	20,3%
CDI	398.035	17,5%	432.256	20,2%	424.414	19,8%
Total	2.269.153	100,0%	2.144.967	100,0%	2.057.169	95,9%
Principal	2.255.845		2.089.859		2.002.775	
Encargos	13.308		55.108		54.394	

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Moeda Estrangeira	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
	Moeda de Origem	R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%
Dólar norte americano	532.719	1.093.565	100,0%	400.216	794.436	100,0%	150.533	282.370	100,0%
Total		<u>1.093.565</u>			<u>794.436</u>			<u>282.370</u>	
Principal		<u>1.092.817</u>			<u>793.994</u>			<u>282.349</u>	
Encargos		748			442			21	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012.

Moeda / Indexador	Variação %		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Dólar norte-americano	14,64	8,94	12,58
TJLP	5,00	5,75	6
CDI	8,05	8,41	11,59

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	-	-	-	189.194	(3.371)	185.823
2014	286.707	(2.432)	284.275	584.918	(3.288)	581.630	503.330	(3.128)	500.202
2015	805.432	(1.633)	803.799	635.552	(1.944)	633.608	562.849	(1.801)	561.048
2016	811.366	(887)	810.479	624.728	(808)	623.920	560.854	(700)	560.154
2017	908.109	(443)	907.666	513.973	(327)	513.646	125.407	(244)	125.163
2018	210.212	(296)	209.916	253.140	(149)	252.991	94.310	(134)	94.176
Após 2018	-	-	-	42.885	(211)	42.674	-	-	-
Total obrigações	<u>3.021.826</u>	<u>(5.691)</u>	<u>3.016.135</u>	<u>2.655.196</u>	<u>(6.727)</u>	<u>2.648.469</u>	<u>2.035.944</u>	<u>(9.378)</u>	<u>2.026.566</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(38.140)			(36.743)			(51.971)
Total		<u>2.977.995</u>			<u>2.611.726</u>				<u>1.974.595</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	280.726	1.724.472	32.247	250.123	2.287.568
Ingressos	-	344.755	-	519.505	864.260
Encargos	171.898	14.687	8.337	-	194.922
Variação monetária e cambial	-	-	478	16.525	17.003
Swap	-	(4.683)	8.762	(7.476)	(3.397)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(46)	(354)	(6.732)	(7.132)
Transferências	214.347	(221.368)	32.283	(32.283)	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(435.344)	-	(26.979)	-	(462.323)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	15.228	-	-	15.228
(-) Custos de transação	4.533	(981)	-	-	3.552
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>236.160</u>	<u>1.872.064</u>	<u>54.774</u>	<u>739.662</u>	<u>2.902.660</u>
Ingressos	-	388.697	-	306.997	695.694
Encargos	178.219	5.208	17.936	-	201.363
Variação monetária e cambial	-	-	6.837	116.453	123.290
Swap	(4.373)	(2.305)	38.481	(112.704)	(80.901)
Efeito cumulativo marcação a mercado	80	(51)	(5.335)	(7.288)	(12.594)
Transferências	329.157	(329.158)	(3.334)	3.335	-
Amortizações e pagamentos de juros	(443.264)	-	(62.249)	-	(505.513)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(1.397)	-	-	(1.397)
(-) Custos de transação	3.494	(1.518)	-	-	1.976
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>299.473</u>	<u>1.931.540</u>	<u>47.110</u>	<u>1.046.455</u>	<u>3.324.578</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	31/12/13				31/12/12	01/01/12
						Encargos	Principal			Total	Total
						Circulante	Circulante	Não Circulante	Total		
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		317	7.048	-	7.365	12.595	17.470
Operações com swap					IGPM+13,95	-	16.648	-	16.648	30.719	40.398
						317	23.696	-	24.013	43.314	57.868
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		622	78.676	-	79.298	158.235	238.116
(-) Custos de transação						-	(93)	-	(93)	(326)	(705)
						622	78.583	-	79.205	157.909	237.411
7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		-	-	-	-	83.313	80.280
(-) Custos de transação						-	-	-	-	(3)	(95)
						-	-	-	-	83.310	80.185
Total						939	102.279	-	103.218	284.533	375.464

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	102.932	272.532	375.464
Encargos	27.313	-	27.313
Variação monetária e cambial	467	107	574
Swap	3.299	3.392	6.691
Efeito cumulativo marcação a mercado	(484)	92	(392)
Transferências	177.557	(177.557)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(125.589)	-	(125.589)
(-) Custos de transação	472	-	472
Saldos em 31 de dezembro de 2012	185.967	98.566	284.533
Encargos	11.867	-	11.867
Variação monetária e cambial	924	(45)	879
Swap	2.691	483	3.174
Efeito cumulativo marcação a mercado	(232)	(3)	(235)
Transferências	99.001	(99.001)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(197.236)	-	(197.236)
(-) Custos de transação	236	-	236
Saldos em 31 de dezembro de 2013	103.218	-	103.218

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Salários		4.087	3.179	5.384
Encargos sociais		7.687	7.638	6.619
Provisões férias e 13º salário		21.092	18.310	15.883
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário		2.601	3.400	2.745
Provisão PLR	(a)	14.427	15.641	2.560
Outros		162	227	135
Total		50.056	48.395	33.326

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para o exercício de 2013 é de R\$ 14.427 (R\$ 15.641 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 2.560 em 1º de janeiro de 2012).

19. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Conta de Consumo de Combustível – CCC		-	8.740	16.255
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		877	3.162	2.850
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.610	1.842	1.519
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	24.862	35.898	34.160
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	5.886	7.330	10.431
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		810	760	760
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	2.190	1.779
Ministério de Minas e Energia - MME		290	355	-
Total		34.335	60.277	85.020
Circulante		31.599	59.199	54.233
Não circulante		2.736	1.078	30.787

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	57.160	109.547	80.380
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	37.092	49.171	72.810
Programa de integração social - PIS	4.602	6.930	5.722
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	21.205	32.191	26.625
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.135	4.002	3.271
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.011	1.053	1.116
Imposto sobre serviços - ISS	615	606	736
Impostos e contribuições retidos na fonte	9.742	12.592	10.139
Outros	1.741	5.676	986
	<u>136.303</u>	<u>221.768</u>	<u>201.785</u>
Não circulante			
Imposto de renda - IR	1.378	1.330	1.276
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	5.245	3.854	2.361
Programa de integração social - PIS	2.018	1.943	1.859
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	7.146	6.907	6.634
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	73	-	115
	<u>15.860</u>	<u>14.034</u>	<u>12.245</u>
Total	<u>152.163</u>	<u>235.802</u>	<u>214.030</u>

21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2013					
AGOE de 29 de abril de 2013	Dividendos	3.391	0,0174727	0,0174727	0,0192200
RCA de 30 de dezembro de 2013	JSCP	113.429	0,5843593	0,5843593	0,6427953
		<u>116.820</u>			
2012					
AGOE de 18 de abril de 2012	Dividendos	219.021	1,1283426412	1,1283426412	1,2411769053
AGOE de 18 de abril de 2012	Dividendos - Reserva	65.069	0,3352206133	0,3352206133	0,3687426746
RCA de 28 de dezembro de 2012	JSCP	113.167	0,5830060591	0,5830060591	0,6413066650
Estatuto da Companhia - Capítulo VI (Art 37)	Complemento Dividendos Mínimos Obrigatórios	52.933	0,2726961842	0,2726961842	0,2999658026
		<u>450.190</u>			
2011					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	28.341	0,1460057	0,1460057	0,1606063
AGO de 27 de abril de 2011	Dividendos	469.099	2,4166742	2,4166742	2,6583417
RCA de 30 de Junho de 2011	JSCP	28.342	0,1460108	0,1460108	0,1606119
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos Intermediários	275.043	0,1416952	0,1416952	0,1558648
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	28.342	0,1460108	0,1460108	0,1606119
RCA de 29 de dezembro de 2011	JSCP	28.341	0,1460057	0,1460057	0,1606063
		<u>857.508</u>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório. O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	495.129	805.497
Incentivo fiscal SUDENE	(101.284)	(141.100)
Amortização do ágio incorporado	49.849	53.582
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(32.902)	(35.364)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(16.948)	(18.218)
Base de cálculo dos dividendos	<u>393.844</u>	<u>664.397</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u>98.461</u>	<u>166.099</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u>		
Ações ordinárias	55.444	93.532
Ações preferenciais classe "A"	9.920	16.735
Ações preferenciais classe "B"	<u>33.096</u>	<u>55.832</u>
Total	<u>98.461</u>	<u>166.099</u>
<u>Juros sobre capital próprio propostos:</u>		
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,583006059 por ação ON, R\$ 0,583006059 por ação PNA e R\$ 0,641306665 por ação PNB	113.429	113.167
Total Bruto	<u>113.429</u>	<u>113.167</u>
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	<u>(1.552)</u>	<u>(1.548)</u>

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, é como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2012	31.247
Declarados	397.257
Propostos	52.933
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.548)
Pagos no período	(311.866)
Prescritos	<u>(428)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>167.595</u>
Declarados	116.821
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.552)
Pagos no período	(167.873)
Prescritos	<u>(213)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>114.778</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 33.978, classificada no passivo circulante (R\$ 23.899 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 18.403 em 1º de janeiro de 2012) e R\$ 166.689 no não circulante (R\$ 140.824 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 109.361 em 1º de janeiro de 2012) estão compostas como segue:

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	73.993	43.950	9.821	-	127.764
Constituição	34.526	20.883	979	17.479	73.867
Baixas/reversão	(39.674)	(25.183)	-	-	(64.857)
Atualização	18.754	8.264	623	308	27.949
Saldos em 31 de dezembro de 2012	87.599	47.914	11.423	17.787	164.723
Constituição	28.796	27.571	875	-	57.242
Baixas/reversão	(32.133)	(30.209)	(2.005)	-	(64.347)
Atualização	25.600	11.938	1.083	4.428	43.049
Saldos em 31 de dezembro de 2013	109.862	57.214	11.376	22.215	200.667

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado		
				31/12/13	31/12/12	01/01/12
Ex-empregados da Companhia	66.686	1ª, 2ª e 3ª	Provável	66.686	49.241	40.610
	200.101	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	64.206	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	34.613	1ª, 2ª e 3ª	Provável	34.613	32.338	28.723
	194.992	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	44.007	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Empregados	8.563	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.563	6.020	4.660
	31.019	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	14.108	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total	658.295			109.862	87.599	73.993

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado		
					31/12/13	31/12/12	01/12/12
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	11.991	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.991	11.192	10.836
Indenização por perdas	(b)	42.586	1ª, 2ª e 3ª	Provável	42.586	35.623	30.593
		758.433	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		17.341	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Acidente terceiros/trabalho		4.031	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Comerc. energia e produtos	(c)	300	1ª, 2ª e 3ª	Provável	300	3	-
		25.932	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		17.682	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Irregularidade de consumo	(c)	2.157	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.157	826	612
		60.382	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		2.659	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		85	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Outras	(c)	180	1ª, 2ª e 3ª	Provável	180	270	165
		17.742	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		391	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total		961.892			57.214	47.914	43.950

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

- (a) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27/01 e de 04/03, ambas de 1986, pleiteando a restituição de valores envolvidos..
- (b) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.
- (c) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado		
					31/12/13	31/12/12	01/12/12
ICMS	(a)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	145	136
		161.163	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
ISS	(b)	2.293	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.293	2.177	2.049
		19.904	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
CSLL	(c)	11.730	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
TLF/IPTU	(d)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	4	3
		1.136	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		1.475	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
REFIS	(e)	19.299	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
PIS/COFINS	(f)	31.655	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
COFINS	(g)	5.993	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		18.788	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
IRPJ	(h)	451.132	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
INSS	(i)	3.499	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.499	5.090	4.789
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	5.515	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
CIDE	(k)	5.407	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(l)	5.196	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Outras		5.580	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.580	4.007	2.844
		3.271	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		5.152	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total		<u>758.818</u>			<u>11.376</u>	<u>11.423</u>	<u>9.821</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.2) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.3) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA, aplicando multas pela falta de cumprimento de obrigação acessória. Baseadas no art. 42, inciso IX da lei 7.014/96, pela falta de escrituração das notas fiscais de entrada. A companhia protocolou defesa administrativa anexando documentações que evidencia a alegação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.4) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA aplicando multa por erro na aplicação da alíquota cabível nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, e em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis. A Coelba está elaborando defesa administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis aos contribuintes.

(d) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(e) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f) PIS/COFINS

(f.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g) COFINS

(g.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(h) IRPJ / CSLL / IRRF

(h.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

(h.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(j) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(k) CIDE - Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(l) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

Regulatórias

Contingência Regulatórias	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado		
					31/12/13	31/12/12	01/12/12
Auto de Infração ANEEL	(a)	22.215	1ª, 2ª e 3ª	Provável	22.215	17.787	-
	(b) / (c)	40.910	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Total		63.125			22.215	17.787	-

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Auto de infração referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 03/09/2012 com recurso administrativo na ANEEL. Em Janeiro de 2013, foi emitido Juízo de Reconsideração por meio do qual a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE decidiu manter as penalidades de advertência e de multa. O processo encontra-se na Assessoria da Diretoria da ANEEL, desde Maio de 2013.
- (b) Auto de infração referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos elétricos por oscilações no sistema de distribuição e operação e manutenção do sistema de distribuição.
- (c) Auto de infração referente à fiscalização técnica realizada pela ANEEL em 2012, abordando, principalmente, operação e manutenção no sistema de distribuição. A Companhia impetrou, em 09/09/2013, recurso administrativo na ANEEL, juntamente com Pedido de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC.

23. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Consumidores	(a)	40.049	33.558	41.996
Plano de saúde (fundo de reserva)		4.347	10.497	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		2.550	2.791	171
Convênios		243	209	147
Caução em garantia	(b)	103.166	76.763	46.704
FGTS Conta empresa		207	207	207
Encargos CBEE		94	108	167
Adiantamentos recebidos	(c)	194.954	23.977	23.362
Outras		13.132	11.475	6.206
Total		<u>358.742</u>	<u>159.585</u>	<u>202.295</u>
Circulante		343.135	113.920	178.277
Não circulante		15.607	45.665	24.018

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 9 – Serviços em Curso).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	282.702.410	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.242	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.731	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.683	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 101.284 (R\$ 113.058 em 31 de dezembro 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, decorrente da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

25. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/12/2013	31/12/2012
Fornecimento de energia			
	(a)	2.001.534	2.635.296
Receita de distribuição		1.714.242	2.339.996
Remuneração financeira wacc		287.292	295.300
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	2	74.675
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	3.590.341	4.075.798
Receita de distribuição		3.583.136	4.067.517
Remuneração financeira wacc		7.205	8.281
Receita de construção da infraestrutura da concessão		832.873	1.166.645
Outras receitas	(d)	333.520	80.691
Total receita bruta		6.758.270	8.033.105
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(1.773.633)	(2.219.491)
Total receita operacional líquida		4.984.637	5.813.614

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Consumidores:						
Residencial	4.731.623	4.577.295	6.131.219	5.493.414	2.387.749	2.715.529
Industrial	19.407	19.919	2.585.376	2.814.172	676.179	928.027
Comercial	330.556	317.615	3.018.352	2.827.182	1.282.036	1.503.507
Rural	208.241	204.776	1.470.380	1.350.827	263.333	303.649
Poder público	47.049	46.386	674.279	626.250	248.564	295.169
Iluminação pública	16.399	16.233	879.791	789.645	154.463	171.780
Serviço público	10.360	9.720	859.553	812.447	176.118	204.613
Consumo próprio	437	391	15.437	14.327	-	-
Suprimento	-	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(24.149)	75.620
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	(3.453.011)	(3.892.915)
	5.364.072	5.192.336	15.634.387	14.728.264	1.711.282	2.304.979
Subvenções	-	-	-	-	290.252	330.317
Total	5.364.072	5.192.336	15.634.387	14.728.264	2.001.534	2.635.296

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas

Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.511 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em -6,06%, sendo -5,91% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de -7,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	
Receita Verificada	(1)	<u>4.120.723</u>
Encargos Setoriais		237.360
Compra de Energia Elétrica		1.856.107
Transporte de Energia		<u>130.674</u>
Parcela A		<u>2.224.141</u>
Remuneração Bruta de Capital		427.501
Quota de Reintegração Regulatória		285.459
Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis		86.434
Custos Operacionais		896.894
Inadimplência		<u>52.523</u>
Parcela B		<u>1.748.812</u>
Diferencial de X (ΔX)		1,12%
Multiplificador (m)		2,430
Ajuste em função dos investimentos realizados		(47.430)
Parcela B' com ajuste do 2CRTP		<u>1.701.382</u>
Índice de Produtividade da Parcela B		<u>0,84%</u>
Parcela B'' com ajuste de mercado		<u>1.687.015</u>
Receita Requerida (Parcela A +B'')		<u>3.911.156</u>
(-) Outras Receitas		<u>(34.164)</u>
Receita Requerida Líquida	(2)	<u>3.876.992</u>
Componentes Financeiros	(3)	<u>(6.419)</u>
CVA		2.406
Neutralidade		(7.486)
Subsídios		37.990
Outros Componentes		(39.330)
Reposicionamento Econômico [(2) / (1)]	(4)	-5,91%
Componentes Financeiros	(5)	-0,15%
Reposicionamento Tarifário [(4) + (5)]		<u>-6,06%</u>

(*) Informações não auditadas

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		137.330	182.883
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	3.453.011	3.892.915
		<u>3.590.341</u>	<u>4.075.798</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras Receitas

	31/12/13	31/12/12
Renda da prestação de serviços	34.197	24.559
Arrendamentos e aluguéis	26.667	28.673
Serviço taxado	12.154	11.080
Taxa de iluminação pública	4.811	5.046
Administração de faturas de fraudes	1.077	(1.970)
Comissão serviços de terceiros	3.821	4.062
Ressarcimento Energia	80.833	-
Subvenção CDE	167.780	-
Outras receitas	2.180	9.241
	<u>333.520</u>	<u>80.691</u>

(e) Deduções da Receita Bruta

	31/12/13	31/12/12
IMPOSTOS:		
ICMS	(1.134.145)	(1.298.133)
PIS	(89.735)	(113.613)
COFINS	(471.044)	(523.314)
ISS	(5.205)	(6.073)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR (*)	(5.378)	(46.888)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(10.526)	(37.947)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC (*)	(8.740)	(134.942)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(19.643)	(21.374)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(8.513)	(8.542)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(4.257)	(4.271)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.513)	(8.542)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(7.934)	(12.812)
Outros	-	(3.040)
Total	<u>(1.773.633)</u>	<u>(2.219.491)</u>

(*) RGR e CCC foram extintas.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/13			31/12/12
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(94.358)	(65.281)	(102.963)	(262.602)
Administradores	-	-	(4.084)	(4.084)
Entidade de previdência privada	(4.866)	(1.955)	(3.151)	(9.972)
Material	(25.445)	(1.980)	(1.046)	(28.471)
Serviços de terceiros	(200.821)	(187.836)	(88.466)	(477.123)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(9.577)	-	-	(9.577)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.020.492)	-	-	(2.020.492)
Encargos de uso de rede	(202.484)	-	-	(202.484)
Amortização	(229.690)	(40.983)	(7.825)	(278.498)
Arrendamentos e aluguéis	(1.050)	(208)	(4.116)	(5.374)
Tributos	(234)	(1.779)	(1.982)	(3.995)
Provisões líquidas - PCLD	-	(7.183)	-	(7.183)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(45.196)	-	(45.196)
Provisões líquidas - contingências	-	-	7.981	7.981
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(832.873)	-	-	(832.873)
Outros ganhos / perdas / alienação / cancelamento / desativação	-	-	(22.162)	(22.162)
Outros	(4.911)	(3.989)	(53.665)	(62.565)
Total custos / despesas	(3.626.801)	(356.390)	(281.479)	(4.264.670)

(a) Custo e despesa de pessoal

	31/12/13	31/12/12
Remunerações	(132.738)	(128.283)
Encargos sociais	(67.357)	(65.511)
Auxílio alimentação	(15.737)	(13.531)
Convênio assistencial e outros benefícios	(6.247)	(5.535)
Rescisões	(14.286)	(16.327)
Férias e 13º salário	(32.166)	(34.200)
Plano de saúde	(11.744)	(6.757)
Contencioso trabalhista	(17.326)	(18.151)
Participação nos resultados	(21.105)	(30.516)
Encerramento de ordem em curso	(2.875)	(4.159)
(-) Transferências para ordens	58.979	93.563
Total	(262.602)	(229.407)

(b) Energia elétrica comprada para revenda

	31/12/13		31/12/12	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
Terceiros	(1.524.851)	15.106.292	(1.720.900)	15.276.437
Partes relacionadas	(494.150)	2.815.067	(459.774)	2.801.256
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(264.424)	565.977	(94.176)	327.511
Proinfa	(85.323)	391.175	(75.511)	400.402
Encargo de Energia de Reserva - EER	(11.343)	-	(33.851)	-
Recursos CDE	124.499	-	-	-
Créditos de PIS e COFINS	235.100	-	206.389	-
Total	(2.020.492)	18.878.511	(2.177.823)	18.805.606

(1) Informações não auditadas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Custo com encargos de uso do sistema de transmissão

	31/12/13	31/12/12
Terceiros	(133.085)	(294.830)
Partes relacionadas	(18.110)	(12.903)
Encargo Serviço Sistema	(215.737)	(55.763)
Recursos CDE	150.773	-
Crédito PIS / COFINS	13.675	27.113
Total	(202.484)	(336.383)

(d) Amortização

	31/12/13	31/12/12
Quota de amortização no exercício	(285.919)	(252.688)
(-) Amortização transferida para ordens em curso	(209)	(221)
(-) Crédito PIS/COFINS	7.630	7.460
	(278.498)	(245.449)

(e) Outros custos e despesas operacionais

	31/12/13	31/12/12
Seguros	(2.083)	(1.601)
Doações e contribuições	(445)	(1.679)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(2.900)	(2.395)
Despesas de viagem	(5.131)	(3.184)
Consumo próprio e energia elétrica	(5.900)	(6.591)
Propaganda e publicidade	(4.362)	(3.770)
Indenização processos cíveis e fiscais	(24.912)	(19.863)
Alimentação	(414)	(342)
Encerramento de ordem em curso	(177)	(498)
Contencioso trabalhista - Terceiros	(5.414)	(5.450)
Perda Operacional	(9.473)	-
Outros	(1.354)	(1.541)
Total	(62.565)	(46.914)

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	31/12/13	31/12/12
Renda de aplicações financeiras	22.389	18.330
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	75.802	78.785
Variação monetária	130.945	44.436
Variação cambial	104.161	48.217
Operações swap	230.809	69.086
Receita Financeira da Concessão	69.217	88.474
Outras receitas financeiras	15.411	15.314
Total	648.734	362.642

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesa Financeira	31/12/13	31/12/12
Encargos de dívida	(185.529)	(190.818)
Variação monetária	(132.682)	(66.004)
Variação cambial	(228.282)	(65.920)
Operações swap	(165.871)	(79.088)
Multas regulatórias	(24.794)	(50.489)
Perda acréscimos moratórios	(3.451)	(2.576)
Déficit Avaliação Atuarial - Benefícios pós-emprego	(33.178)	(25.101)
Outras despesas financeiras	(7.375)	(42.329)
Total	(781.162)	(522.325)

28. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2013 é de R\$ 21.105 (R\$ 30.517 em 2012).

29. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	b)	Uso da Rede	-	149	(2.612)	-	347	-
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.655	-	-	685	-	(6.659)
			<u>1.655</u>	<u>149</u>	<u>(2.612)</u>	<u>685</u>	<u>347</u>	<u>(6.659)</u>
COSERN	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	129	-	-	107	-	-
			<u>129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>107</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TERMOVERNAMBUCO	a.1)	Energia comprada	-	21.234	(91.473)	-	11.676	(82.239)
			<u>-</u>	<u>21.234</u>	<u>(91.473)</u>	<u>-</u>	<u>11.676</u>	<u>(82.239)</u>
ITAPEBI	g)	Energia fornecida	13	-	263	31	-	243
	a.1)	Energia comprada	-	58.944	(344.700)	-	27.646	(323.277)
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	2.597	-	-	1.076	-	-
			<u>2.610</u>	<u>58.944</u>	<u>(344.437)</u>	<u>1.107</u>	<u>27.646</u>	<u>(323.034)</u>
NC ENERGIA	a.1)	Energia comprada	-	2.151	(10.041)	-	2.104	(12.822)
		Reembolso de despesa	-	-	-	2	-	-
			<u>-</u>	<u>2.151</u>	<u>(10.041)</u>	<u>2</u>	<u>2.104</u>	<u>(12.822)</u>
BAGUARI I	a.2)	Energia comprada	-	442	(3.709)	-	400	(3.505)
			<u>-</u>	<u>442</u>	<u>(3.709)</u>	<u>-</u>	<u>400</u>	<u>(3.505)</u>
BAHIA PCH I	b)	Uso da Rede	119	-	652	64	-	759
			<u>119</u>	<u>-</u>	<u>652</u>	<u>64</u>	<u>-</u>	<u>759</u>
RIO PCH I	a.2)	Energia comprada	-	151	(1.251)	-	138	(1.181)
			<u>-</u>	<u>151</u>	<u>(1.251)</u>	<u>-</u>	<u>138</u>	<u>(1.181)</u>
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	257
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>257</u>
GOÍAS SUL	a.2)	Energia comprada	-	272	(2.285)	-	252	(2.159)
			<u>-</u>	<u>272</u>	<u>(2.285)</u>	<u>-</u>	<u>252</u>	<u>(2.159)</u>
SE NARANDIBA	d)	Uso da Rede	-	398	(3.386)	-	382	(3.230)
			<u>-</u>	<u>398</u>	<u>(3.386)</u>	<u>-</u>	<u>382</u>	<u>(3.230)</u>
AFLUENTE GERAÇÃO	a.1)	Energia comprada	-	2.121	(24.465)	-	1.979	(23.257)
	(b)	Uso da Rede	172	-	1.048	91	-	1.098
			<u>172</u>	<u>2.121</u>	<u>(23.417)</u>	<u>91</u>	<u>1.979</u>	<u>(22.159)</u>
AFLUENTE TRANSMISSÃO	g)	Energia fornecida	6	-	73	8	-	92
	d)	Uso da Rede	-	1.372	(12.112)	-	1.322	(11.530)
	(e)	Aluguel/Comodato	-	-	(22)	-	2	(24)
			<u>6</u>	<u>1.372</u>	<u>(12.061)</u>	<u>8</u>	<u>1.324</u>	<u>(11.462)</u>
ÁGUAS DA PEDRA	a.2)	Energia comprada	-	1.871	(12.079)	-	1.735	(14.842)
			<u>-</u>	<u>1.871</u>	<u>(12.079)</u>	<u>-</u>	<u>1.735</u>	<u>(14.842)</u>
CALANGO 1	a.2)	Energia comprada	-	94	(365)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>94</u>	<u>(365)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CALANGO 2	a.2)	Energia comprada	-	80	(312)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>80</u>	<u>(312)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CALANGO 3	a.2)	Energia comprada	-	94	(365)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>94</u>	<u>(365)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CALANGO 4	a.2)	Energia comprada	-	87	(339)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>87</u>	<u>(339)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CALANGO 5	a.2)	Energia comprada	-	92	(272)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>92</u>	<u>(272)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
MEL 2	a.2)	Energia comprada	-	63	(589)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>63</u>	<u>(589)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
ARIZONA 1	a.2)	Energia comprada	-	85	(466)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>85</u>	<u>(466)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CAETITÊ 2	a.2)	Energia comprada	-	78	(716)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>78</u>	<u>(716)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CAETITÊ 3	a.2)	Energia comprada	-	78	(723)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>78</u>	<u>(723)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Banco do Brasil S.A.		Outros	-	1.392	(228)	-	800	(325)
			<u>-</u>	<u>1.392</u>	<u>(228)</u>	<u>-</u>	<u>800</u>	<u>(325)</u>
Fundação Coelba de Previdência Complement - FAELBA		Contribuição Patronal	-	-	-	-	-	(9.406)
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.406)</u>
Neoenergia S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	46	-	545
		Dividendos	-	-	-	-	46.694	-
		Juros sobre capital próprio	-	100.061	-	-	99.830	-
		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	2.402	-
	(e)	Aluguel/Comodato	-	94	(1.066)	-	89	(1.004)
			<u>-</u>	<u>102.557</u>	<u>(1.066)</u>	<u>46</u>	<u>149.015</u>	<u>(459)</u>
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Br		Dividendos	-	-	-	-	1.176	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.520	-	-	2.514	-
			<u>-</u>	<u>2.520</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.690</u>	<u>-</u>
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	-	-	-	4.361	-
		Juros sobre capital próprio	-	7.943	-	-	7.925	-
			<u>-</u>	<u>7.943</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.286</u>	<u>-</u>
Amara Brasil	f)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	420	-	-	416	3
			<u>-</u>	<u>420</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>416</u>	<u>3</u>
Outros Minoritários		Dividendos	-	2.375	-	-	3.231	-
		Juros sobre capital próprio	-	1.879	-	-	1.864	-
			<u>-</u>	<u>4.254</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.095</u>	<u>-</u>

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluentes Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nºs 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº 4600026047 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 - Contrato nº 4600026039 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 2 - Contrato nº 4600026040 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 3 - Contrato nº 4600026041 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026042 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Calango 2 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026043 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026044 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026045 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026046 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL com vigência até dezembro de 2029.

Celpe - Contrato nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de setembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022337, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.

(g) Contratos de energia fornecida

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Afluentes Transmissão – Contratos nº 7008092790 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 3.764 (R\$ 4.400 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

30. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40 (R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da NEOENERGIA. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – valores considerados como mantido para negociação e por isso, classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) – Indenização - Composto pelo reconhecimento das indenizações previstas pela construção de ativos de distribuição que não foram amortizados durante o período de concessão.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e IGP-M, e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado		
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12					
Contratos de swap:													
Swap	Banco Santander e Citibank	11/07/06 / 15/06/09 / 22/06/10 / 26/08/10 / 10/12/10	26/06/2013 / 26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1% a.a. / USD 6M LIBOR + 1,875 % a.a.	USD 150.000	USD 150.000	R\$ 284.912	R\$ 282.704	355.194	310.422			
Ativa									285.233	283.934			
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas			106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e 102,87% do CDI					69.961	27.489	29.857		
Swap	Banco Votorantim	30/07/04	27/03/14	USD + 13,4853% a.a. IGPM + 13,95% a.a	USD 1.373	USD 2.979	R\$ 4.150	R\$ 9.003	7.366	12.599			
Ativa									24.014	23.319			
Passiva									(16.648)	(30.728)	(2.708)		
Swap	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a) CDI + 0,60% a.a.	USD 50.000	USD 50.000	R\$ 104.005	R\$ 104.005	113.514	96.988			
Ativa									104.416	104.305			
Passiva									9.098	(7.317)	9.123		
Swap	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 / 19/11/12 / 05/12/2013	14/06/2018 / 20/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a) CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI	USD 209.900	USD 200.000	R\$ 439.032	R\$ 415.500	498.233	499.944			
Ativa									440.727	416.696			
Passiva									57.507	(6.752)	40.031		
Swap	Banco do Brasil	06/05/2010	Liquidado em 30/12/2013	12,16% a.a. 99,5 % do CDI	-	-	R\$ 0	R\$ 100.000	-	143.693			
Ativa									-	128.936			
Passiva									-	14.757	(1.462)		
Swap	Citibank	22/11/13	03/12/18	117,65%*(USD Libor 3M+(0,970% a.a) 104,5% do CDI	USD 98.000	-	R\$ 225.400	-	225.090	-			
Ativa									227.063	-			
Passiva									(1.973)	-	(1.973)		
Swap	JP Morgan	03/12/13	17/12/18	3,4588% a.a. 105% do CDI	USD 24.500	-	R\$ 58.065	-	56.995	-			
Ativa									58.291	-			
Passiva									(1.296)	-	(1.296)		
Códex									116.650	(2.543)	71.581		

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, aos quais são as dívidas vinculadas aos instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F. Para isso utiliza como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do swap contratado. Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do swap reflete a precificação do mercado para o instrumento em questão.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Empréstimos e recebíveis	903.882	903.882	1.121.027	1.121.027	1.195.659	1.195.659
Contas a receber de clientes e outros	903.882	903.882	1.121.027	1.121.027	1.195.659	1.195.659
Mantidos até o vencimento	20.960	20.960	68.716	68.716	16.223	16.223
Titulos e valores mobiliários	20.960	20.960	68.716	68.716	16.223	16.223
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	574.600	574.600	260.658	260.658	199.827	199.827
Caixa e equivalentes de caixa	573.253	573.253	252.479	252.479	180.756	180.756
Titulos e valores mobiliários	1.347	1.347	8.179	8.179	19.071	19.071
Disponível para venda	1.593.886	1.593.886	1.516.172	1.516.172	518.653	518.653
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.593.886	1.593.886	1.516.172	1.516.172	518.653	518.653
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Mensurado pelo custo amortizado	2.861.845	2.861.714	2.803.415	2.802.994	2.676.514	2.675.949
Fornecedores	551.627	551.627	582.908	582.908	420.727	420.727
Empréstimos e financiamentos	2.231.012	2.231.012	2.062.598	2.062.598	1.938.192	1.938.192
Debêntures *	79.206	79.074	157.908	157.488	317.594	317.030
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)						
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.117.577	1.117.577	966.686	966.686	407.245	407.245
Empréstimos e financiamentos	1.226.862	1.226.862	951.549	951.549	346.176	346.176
Debêntures *	7.365	7.365	12.595	12.595	17.471	17.471
Derivativos não designados como hedge accounting						
Bank of America	(57.507)	(57.507)	6.752	6.752	-	-
Banco de Tokyo	(9.098)	(9.098)	7.317	7.317	-	-
Titulos Externos	(69.961)	(69.961)	(27.489)	(27.489)	9.214	9.214
3ª Emissão Debêntures	16.648	16.648	30.720	30.720	40.398	40.398
Banco do Brasil	-	-	(14.757)	(14.757)	(6.014)	(6.014)
Citibank	1.973	1.973	-	-	-	-
JP Morgan	1.296	1.296	-	-	-	-

* Valor de mercado é meramente informativo

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2013			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	1.593.886	1.593.886
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	573.253	-	-	573.253
Títulos e valores mobiliários	1.347	-	-	1.347
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos				-
Bank of America	-	487.935	-	487.935
Banco de Tokyo	-	112.148	-	-
Títulos Externos	-	351.107	-	-
3ª Emissão Debêntures	-	7.365	-	-
Citibank	-	220.080	-	-
JP Morgan	-	55.592	-	-
Outros Passivos financeiros				
Derivativos não designados como hedge				
Bank of America	-	(57.507)	-	(57.507)
Banco de Tokyo	-	(9.098)	-	(9.098)
Títulos Externos	-	(69.961)	-	(69.961)
3ª Emissão Debêntures	-	16.648	-	16.648
Citibank	-	1.973	-	-
JP Morgan	-	1.296	-	-
	<u>574.600</u>	<u>1.117.577</u>	<u>1.593.886</u>	<u>2.536.502</u>

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2013, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 71.581 (R\$ 6.447, resultado positivo em 2012 e R\$ 1.618, resultado positivo em 1º de janeiro de 2012).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

							R\$ Mil
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2,3426	1.255.293	(21.816)	(27.270)	(32.724)
Swap Ponta Ativa em Dólar			2,3426	1.255.530	25.806	32.258	38.709
Exposição Líquida					3.990	4.987	5.985

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 994.657 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							R\$ Mil
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,0%	536.323	43.013	32.260	21.507
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	8,0%	377.240	30.255	37.818	45.382
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	8,0%	1.115.729	89.481	111.852	134.222
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,0%	609.866	30.493	38.117	45.740
Swap Ponta Passiva em IGPM	IGPM	Alta da IGPM	5,5%	24.085	1.331	1.664	1.996

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 536.323 sendo R\$ 529.714 em fundos exclusivos e R\$ 6.609 em outros ativos.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Adicionalmente estão incluídos as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora à suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	31/12/2013						
			Até 3 meses	2014	2015	2016	2017	2018	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	3.457.875	5.009.649	102.347	409.752	535.273	996.630	1.202.037	1.524.999	238.610
Debêntures	86.571	92.462	7.490	84.972	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos									
Não designados como hedge accounting:									
Bank of America	(57.507)	(139.586)	7.931	26.871	39.178	34.827	(132.761)	(115.633)	-
Banco de Tokyo	(9.098)	(27.051)	2.199	7.407	10.774	9.946	(31.778)	(25.598)	-
Títulos Externos	(69.961)	(78.379)	-	(43.372)	(35.007)	-	-	-	-
3ª Emissão Debêntures	16.648	16.930	16.930	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Citibank	1.973	(36.666)	4.813	15.439	23.047	21.602	16.677	(118.244)	-
JP Morgan	1.296	(6.704)	915	3.165	4.964	5.300	5.109	(26.157)	-

- **Riscos operacionais**

- ✓ **Risco de crédito**

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fim da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	573.253	252.479	180.756
Titulos e valores mobiliários	1.347	8.179	19.071
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber de clientes e outros	1.215.098	1.425.061	1.420.375
Mantidos até o vencimento			
Titulos e valores mobiliários	20.960	68.716	16.223
Disponível para venda			
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.593.886	1.516.172	518.653

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 16).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

31. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Vigência	2015	2016	2017	2018	Após 2018
2015 a 2030	2.195.697	2.461.002	2.578.275	2.872.991	81.848.603

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

32. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I e II) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. No entanto, além da poupança individual, o FAELFLEX confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Essa peculiaridade insere o FAELFLEX nas disposições contidas no CPC 33 (R1), no que tange à realização de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas para os exercícios de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, foram as seguintes:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>01/01/12</u>
Custo do Intangível em Curso	(1.735)	(3.359)	(2.745)
Despesas Operacionais	(8.237)	(5.958)	(5.392)
Total	<u>(9.972)</u>	<u>(9.317)</u>	<u>(8.137)</u>

Plano de Benefício Assistencial

A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial de Reembolso de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar da Bradesco Saúde e de Assistência Odontológica da Bradesco Dental para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. Há continuidade no oferecimento do plano após a aposentadoria, falecimento ou desligamento dos atuais funcionários ativos.

As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Bradesco Seguros multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice.

As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustados pela inflação (INPC).

Avaliação atuarial dos planos previdenciários e assistencial

A Companhia registra as parcelas de custos, déficits e superávits desses planos de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes com base nas regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 e CPC 33 (R1).

A Deliberação CVM nº. 695/12, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Planos de Previdência Complementar						Plano de Saúde Pós-Emprego		
	CD			BD					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,20%	9,20%	10,99%	9,20%	9,20%	10,99%	9,20%	10,99%	Não aplicável
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%	11,35%	9,20%	9,20%	10,49%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,10%	7,10%	7,10%	7,10%	7,10%	7,10%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	5,00%	5,00%	5,00%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula	Nula	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculina	AT-83 segregada por sexo	AT-83 segregada por sexo	AT-83 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligh-média	Ligh-média	Ligh-média	Ligh-média	Ligh-média	Ligh-média	Ligh-média	Ligh-média	Ligh-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal	56 anos, conforme experiência COELBA	56 anos, conforme experiência COELBA	56 anos, conforme experiência COELBA

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Benefícios de aposentadoria - BD	23.945	24.908	79.475	148.990	277.318
Benefícios de aposentadoria - CD	-	-	-	-	-
Benefícios de saúde pós-emprego	15.786	16.862	102.228	-	134.876

Número de participantes dos planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Planos de Previdência Complementar						Plano de Saúde Pós-Emprego		
	CD			BD					
	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
Número de Participantes:									
Ativos	2.480	2.505	2.499	9	10	10	2.453	2.453	2.453
Inativos	-	-	-	975	986	997	2.451	2.451	2.451
Total incluído nos custos de pessoal	2.480	2.505	2.499	984	996	1.007	4.904	4.904	4.904

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionados aos planos previdenciários e assistencial em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
Obrigações registradas no balanço patrimonial com			
Benefícios de previdência - CD	(1.130)	(2.846)	(3.598)
Benefícios de previdência - BD	14.983	8.100	10.976
Benefícios de saúde pós-emprego	241.116	356.974	233.791
	<u>254.969</u>	<u>362.228</u>	<u>241.169</u>
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com			
Benefícios de previdência - CD	(888)	(780)	(534)
Benefícios de previdência - BD	672	1.146	4.234
Benefícios de saúde pós-emprego	38.522	29.065	-
	<u>38.306</u>	<u>29.431</u>	<u>3.700</u>
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício			
Benefícios de previdência - CD	(1.788)	(749)	1.363
Benefícios de previdência - BD	6.210	4.021	32.611
Benefícios de saúde pós-emprego	(142.358)	107.163	-
	<u>(137.936)</u>	<u>110.435</u>	<u>33.974</u>
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente	-	-	-

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Em 1º de janeiro de 2012	4.954	252.081	233.791
Custo do serviço corrente	381	54	3.965
Custo financeiro	587	26.508	25.101
Contribuições dos participantes do plano	7	-	
Benefício pago pelo plano	-	(27.236)	(13.046)
Remensurações atuariais			
Premissas financeiras	424	45.014	76.824
Experiência do plano	(96)	8.705	30.339
Em 31 de dezembro de 2012	<u>6.257</u>	<u>305.126</u>	<u>356.974</u>
Custo do serviço corrente	662	72	6.322
Custo financeiro	576	27.010	32.200
Contribuições dos participantes do plano	9	-	
Benefício pago pelo plano	-	(27.851)	(12.022)
Remensurações atuariais			
Premissas financeiras	(628)	(60.513)	(91.297)
Experiência do plano	(1.512)	7.646	(51.061)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>5.364</u>	<u>251.490</u>	<u>241.116</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Em 1º de janeiro de 2012	1.356	384.537	-
Receita de juros sobre os ativos do plano	1.076	92.398	-
Remensurações atuariais			
Contribuições do empregador	784	-	13.046
Contribuições de empregados	7	-	-
Benefícios pagos	-	(27.237)	(13.046)
Juros sobre valor justo	188	41.058	-
Em 31 de dezembro de 2012	3.411	490.756	-
Receita de juros sobre os ativos do plano	(352)	(108.805)	-
Remensurações atuariais			
Contribuições do empregador	816	-	12.022
Contribuições de empregados	9	-	-
Benefícios pagos	-	(27.850)	(12.022)
Juros sobre valor justo	350	44.088	-
Em 31 de dezembro de 2013	4.234	398.189	-

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela Faelba.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar					
	CD			BD		
	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
Renda fixa	76,88%	77,88%	75,31%	95,51%	96,80%	95,09%
Renda variável	17,69%	16,50%	18,75%	1,13%	0,89%	1,11%
Empréstimos	3,99%	4,31%	4,23%	1,84%	0,95%	1,65%
Imóveis	1,43%	1,31%	1,71%	1,52%	1,36%	2,15%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 38.019 (R\$ 33.598 em 2012).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2013 à 08/10/2014	324.591	783
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2013 à 08/10/2014	190.861	460
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2013 à 08/10/2014	-	618
Transporte Nacional	08/10/2013 à 08/10/2014	-	-
Transporte Internacional	08/10/2013 à 08/10/2014	-	-
Veículos	08/10/2013 à 08/10/2014	-	41

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 10.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela presente apólice de Responsabilidade Civil em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$ 15.000.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a “Tabela Fipe”, não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

34. QUESTÕES AMBIENTAIS*

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Diretriz Integrada de Gestão (Qualidade e Meio Ambiente).

Em 2013, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

Manejo da Vegetação – Gestão voltada para a melhoria da arborização urbana e rural, através de cursos de qualificação para profissionais que realizam poda de árvores, com foco em técnicas de poda, ferramental adequado, planejamento da arborização urbana, incentivo ao plantio de espécies adequadas e legislação ambiental, em parceria com as Prefeituras Municipais.

Projeto de Meliponicultura em uma Unidade de Conservação - Parceria firmada em maio de 2012 com a Fundação Terra Mirim, a fim de incrementar a meliponicultura com a criação racional da abelha urucu (*Melipona scutellaris*) no Vale do Itamboá, região remanescente da Mata Atlântica, dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes Ipitanga. Em 2013, o projeto inaugurou o Meliponário Escola para auxiliar no diagnóstico da criação de abelhas e no estudo de soluções viáveis para o manejo das colônias, além da qualificação realizada com produtores rurais. Este projeto é fruto de um condicionante ambiental dos empreendimentos LD 69 kV CIA III LFR – Shopping Salvador Norte, LD 69 kV UTE Solvi (ATERRO) – CIA III e LD 69 kV CIA III – ENGEPACK.

Gestão de Resíduos – Ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, a exemplo de:

- **Projeto Logisverde** - reutilização de carretéis de madeira proveniente da aquisição de condutores usados nas redes e linhas da Coelba.
- **Reforma de Equipamentos do Sistema Elétrico** – Este processo evita o descarte de equipamentos e materiais utilizados no sistema elétrico da Coelba, pois são reformados por uma empresa qualificada e retornam como equipamentos novos para o sistema, a exemplo de transformadores de distribuição de várias potências, reguladores monofásicos, chaves seccionadoras de operação sobrecarga. Os insumos gerados neste processo são destinados de maneira adequada por meio de empresas especializadas no tratamento de resíduos.

A Companhia realiza ainda diversos projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que tem por motivadores os “condicionantes ambientais”, que se originam do processo de licenciamento ambiental. Tais projetos visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo			Resultado	
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12
Recursos aplicados	99.937	42.157	36.798	18.631	19.750

* Informações não auditadas